

OPINIÃO



Hélder Muteia

Responsável

do Escritório da FAO em Portugal

O crescimento populacional e a questão alimentar

Nos últimos 50 anos, a população mundial quase duplicou, em parte como consequência da chamada geração “baby boom” (explosão de bebés), como são chamados os que nasceram entre os anos 1946 e 1964, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. O relativo período de paz e tranquilidade que se viveu no pós-guerra, e o rápido desenvolvimento económico e tecnológico que se seguiu, fizeram com que, desde então, a população não parasse de crescer a um ritmo acelerado até aos 7 bilhões de pessoas que habitam actualmente o planeta.

O ritmo de crescimento demográfico mundial, nos últimos anos, tem sido acima dos 70 milhões de pessoas por ano. O triplo da população moçambicana. A este ritmo, a população mundial em 2050 estará na ordem dos 9 bilhões e, até ao final do século, serão mais de 10 bilhões.

Como alimentar tanta gente é a questão imediata que se coloca. Para além da questão alimentar, o crescimento populacional cria focos de tensão no meio ambiente (mudanças climáticas, sobre-uso dos recursos, degradação de solos, escassez da água e desflorestamento), na organização social (desigualdades sociais, pobreza absoluta, conflitos, guerra e terrorismo), nos sistemas económicos (crises financeiras, globalização do comércio, alta e volatilidade de preços) e no desenvolvimento tecnológico (transporte em massa, comunicação e internet).

Perante este cenário, quase instintivamente, somos obrigados a olhar à volta, para a paisagem e os recursos que são cada vez mais escassos, ouvir os gritos dos que sofrem, vítimas de modelos sociais e económicos restritivos e opressores, e olhar para as possibilidades e oportunidades que ainda temos em mãos, para corrigir os erros do passado e do presente, e garantir um futuro digno para cada criança que chega ao mundo.

NÚMEROS ASSOMBROSOS E DESAFIOS GIGANTESCOS

Há, porém, inquietações que se erguem relativamente ao futuro da Humanidade. Para satisfazer uma população de 9 bilhões em 2050, a FAO projecta que a produção de alimentos deve aumentar em pelo menos 60%. Estima-se que a procura por cereais cresça dos actuais 2,1 bilhões para cerca de 3 bilhões de toneladas. A procura de carne deve conhecer um aumento mais dramático: de 270 milhões de toneladas para 470 milhões.

Entretanto, esse aumento só será bem-vindo se, para tal, a agricultura não ultrapassar a expansão das áreas de cultivo para além dos cerca de 20% de expansão considerados sustentáveis; se não prejudicar o já frágil equilíbrio ecológico que mantém a nossa existência sustentável. Por mais nobres que sejam os objectivos, de nada valeria ter uma agricultura que acelere a degradação dos solos, que agrave os níveis de desflorestamento, que esbanje e degrade os recursos hídricos. Para que o mundo continue provedor, habitável e digno, parecem inevitáveis as metas de produzir mais alimentos, degradar menos a base de recursos que sustenta a vida no planeta (solos, ar, água, florestas e fauna), reduzir o desperdício de alimentos em todas etapas da cadeia de valor, desenvolver o espírito da partilha de alimentos e outros bens.

Uma questão cada vez mais presente é a necessidade de migrar para sistemas alimentares que desperdicem menos alimentos (comparado com os actuais 35% de perdas, que correspondem a cerca de 1.3 bilhões de toneladas de alimentos por ano, que certamente dariam para alimentar as 842 milhões de pessoas que passa fome no mundo).

Outra área na qual a mudança de paradigmas é essencial é a questão da crescente escassez da água. A agricultura tem sido, até agora, o maior consumidor de água doce (cerca de 70%). O crescimento populacional e a acelerada urbanização e industrialização exigem novas fórmulas de partilha e utilização da água, para manter o ciclo da água em níveis sustentáveis.

Perante o espectro das mudanças climáticas, o sector agroalimentar deve destacar-se como exemplo. Na qualidade de sector que mais utiliza os recursos naturais, em quantidade e diversidade, e que mais depende das condições climáticas, impõem-se maiores responsabilidades na reavaliação e racionalização de todas as suas práticas: lavoura, irrigação, plantio, fertilização, pulverização, pastagem, processamento, transporte, comercialização, etc.

A Revolução Verde, por exemplo, motivou uma corrida desenfreada aos fertilizantes químicos. Pesquisas recentes demonstraram que metade dos adubos que são lançados à terra, infiltram-se nas profundezas do subsolo, e não são aproveitadas para nutrir as plantas. A adubação química também duplica as taxas de fósforo e nitrato no meio ambiente. Em conjunto, alimentam um círculo vicioso de esbanjamento, ineficiência e poluição da água e do ambiente.

De igual modo, o impacto de outros sectores de desenvolvimento socioeconómico na sustentabilidade ambiental devem ser reavaliados, com particular destaque para a industrialização (no que respeita à emissão de gases estufa) e a urbanização (no que respeita à desflorestação, drenagem e poluição).

PERGUNTAS CADA VEZ MAIS RUIDOSAS

Voltando à agricultura, um dos maiores desafios do presente é encontrar um equilíbrio na produção dos diferentes bens (cereais, legumes, frutas, peixe, mariscos, carne, leite, ovos, raízes e tubérculos, madeira, infusões, plantas ornamentais, plantas medicinais, animais de estimação, biocombustíveis etc.). Um equilíbrio que responda às seguintes questões: que variedades, que métodos de cultivo, que espécies e que quantidades de cada uma, que combinações e que sinergias se podem obter entre elas? Que sistemas agro-silvo-pastoris oferecem melhores ganhos e menos perdas? Até que ponto produzir carne, ovos e leite com base em rações que concorrem directamente na utilização de cereais (alimento humano básico) ajuda ou prejudica a eficiência dos sistemas alimentares? Até que ponto grãos e óleos alimentares podem ser utilizados na produção de combustíveis? Até que ponto a biotecnologia (não necessariamente a manipulação genética) pode revelar soluções nunca antes exploradas? Que regimes institucionais garantem melhor acesso aos recursos naturais, tecnologias, crédito e mercados justos e equitativos? Que sistemas reforçam a resiliência dos grupos sociais mais vulneráveis aos desastres naturais? Que papel específico será conferido à agricultura na derra-

deira fórmula para um mundo mais sustentável?

Quando se fala nos dados globais da demografia e da fome no mundo, há a tendência para olhar para o mundo como uma tábua rasa e homogénea. Contudo, para além da heterogeneidade das realidades demográficas, sociais, ambientais e económicas, os sistemas de valor que regem as diferentes sociedades são distintos e complexos. Não existe um padrão uniforme, e as condicionantes são multifacetadas.

Cada componente dos sistemas alimentares é moldado por uma multiplicidade de condicionantes. As recentes vagas de alta e volatilidade de preços, por exemplo, estão ligadas, não somente aos localizados e convencionais fatores do mercado, mas também a fatores mais globais como o baixo estoque de alimentos no mundo, o surgimento dos chamados países emergentes que exercem uma enorme pressão na demanda por alimentos, o crescimento global da classe média com hábitos consumistas, as crises ambientais de impacto global, e o preço do petróleo no mercado internacional. Daí a complexidade do exercício de busca por soluções.

A POBREZA COMO MÃE DA FOME

Num modelo simplificado de análise, vemos que uma crise alimentar é condicionada pelos seguintes fatores: produção e rendimento, população, estilo de vida, formas de organização social, tecnologias (de produção, conservação, processamento e distribuição), pobreza e desigualdades sociais.

Sabe-se que a explosão demográfica, no futuro, vai ocorrer basicamente nos países mais pobres (na África e sul da Ásia). Se a questão da pobreza não for resolvida nesses países, a fome e a miséria serão multiplicadas, com consequências globais.

Olhando bem, a causa primária da fome no mundo não é a (in)disponibilidade de alimentos. Se os alimentos que são produzidos actualmente fossem equitativamente distribuídos por todos, não haveria gente a passar fome. A pobreza e as desigualdades sociais que grassam em algumas regiões do mundo são as principais causas da fome, agravadas pelas guerras, pelos conflitos políticos, religiosos e étnicos, pelo desequilíbrio de género, pela má governação e pela corrupção, e pelos desastres naturais.

A concluir

Não existe um défice de alimentos. Os modelos sociais e económicos (e consequentemente os sistemas alimentares) é que são deficientes e desajustados. Com o crescimento populacional, é importante ter presente, não apenas as questões que garantem disponibilidade (mais produção e menos desperdício) como também olhar para aspectos ligados ao acesso (fontes de rendimento e emprego) e a utilização dos alimentos (dietas saudáveis).

O importante é visualizar o futuro com realismo, perceber os sinais dos tempos, estar atento às mudanças sociais, económicas e ambientais, e a toda a dinâmica que as rodeia. O crescimento populacional não deve servir de desculpa para a perpetuação da pobreza e da fome no mundo. Pelo contrário, deve servir de motivação para a erradicação desses males, como expressão plena da grandiosidade da raça humana.■